

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO - RFQ
Serviços

Ref.: Edital nº 004/2021 – Lic. Convite/Projeto 914BRZ2005
Processo nº: 01302.000142/2021-78
(Favor referir-se a este número em todas as correspondências)

05 de agosto de 2021.

Prezados Senhores,

Vimos por meio desta convidá-los a apresentarem uma proposta para *“Contratar consultoria especializada para realizar pesquisa e desenvolvimento de modelo de gestão da informação para Arranjos Produtivos Locais (APL) de Base Mineral”*, segundo este documento de solicitação. p

A Solicitação de Cotação (RFQ) consiste desta página de rosto e dos seguintes Anexos:

Anexo I - Condições Gerais do Contrato
Anexo II - Termos de Referência (TOR)

Sua oferta deve ser entregue no SAUS, Quadra 05, Lote 06, Bloco H, Protocolo do IBICT, CEP: 70.070-912 – Brasília DF, **até as 16h00 do dia 20/08/2021**, fazendo referência ao **Edital nº 004/2021 – Lic. Convite/Projeto 914BRZ2005**.

Juntamente com as propostas deverão ser encaminhadas as seguintes informações:

- Número do Edital
- Nome Fantasia da Licitante
- Razão Social da Licitante
- Endereço, Telefone, Fax, Site, E-mail.
- Dados Bancários (Banco, Agência, Conta).
- Nome Completo e CPF do Responsável Legal
- Cópia do Cartão do CNPJ

No caso de qualquer solicitação de esclarecimento, entre em contato com o IBICT, até o dia **17/08/2021**, **telefone: (61) 3217 6110**, **e-mail: josenascimento@ibict.br**.



José Luis dos Santos Nascimento
Coordenador Nacional do Projeto UNESCO/IBICT 914BRZ2005

ANEXO I: Condições Gerais do Contrato para Fornecimento de Bens e Serviços

1. ACEITAÇÃO DO CONTRATO

Este Contrato só pode ser aceito pela assinatura do Contratado e pela entrega pontual dos bens de acordo com os termos deste Contrato, conforme especificado neste documento. A aceitação deste Contrato resultará em um Contrato entre as partes em que os direitos e obrigações das Partes serão regidos unicamente pelos termos e condições deste Contrato, incluindo estas Condições Gerais. Nenhuma disposição adicional ou inconsistente proposta pelo Contratado obrigará a UNESCO a nada, a menos que acordado por escrito por seu funcionário devidamente autorizado.

2. DEFINIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Bens são, incluindo, mas não se limitando a, equipamentos, peças sobressalentes, commodities, matérias-primas, componentes, produtos intermediários e os produtos que o Contratado é obrigado a fornecer sob este Contrato. Os serviços incluem, sem limitação, serviços conexos ao fornecimento dos produtos, instalação, treinamento, transporte e quaisquer outras obrigações, conforme exigido no âmbito deste Contrato.

3. PAGAMENTO

A UNESCO efetuará, no cumprimento dos prazos de entrega, salvo disposição em contrário no presente Contrato, o pagamento no prazo de até 30 dias após o recebimento da Nota Fiscal do Contratado e cópias dos documentos de embarque especificados neste Contrato. O pagamento pela UNESCO não implica aceitação dos produtos nem de quaisquer trabalhos ou serviços relacionados nos termos deste Contrato.

4. ISENÇÃO DE IMPOSTOS

A Seção 7 da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas prevê, nomeadamente, que a UNESCO e seus órgãos subsidiários são isentos de todos os impostos diretos e estão isentos de direitos aduaneiros em relação a artigos importados ou exportados para seu uso oficial. Assim, o Contratado autoriza a UNESCO a deduzir da fatura qualquer montante que representa tais impostos ou direitos cobrados a UNESCO pelo Contratado. O pagamento desse valor ajustado constituirá pagamento integral pela UNESCO. No caso de qualquer autoridade tributária se recusar a reconhecer a isenção da UNESCO a partir de tais impostos ou taxas, o Contratado deverá consultar imediatamente a UNESCO.

5. MARCAS

Sempre que um INCOTERM for usado neste Contrato ele deverá ser interpretado de acordo com os INCOTERMS 2000.

6. LICENÇA DE EXPORTAÇÃO

O Contratado deverá obter qualquer licença de exportação exigida para os bens.

7. INSPEÇÃO E ACEITAÇÃO

Todos os bens devem ser sujeitos a inspeção e testes pela UNESCO ou seu representante designado, na medida do possível, em todos os tempos e lugares, incluindo o período de fabricação e, em qualquer caso, antes da aceitação final pela UNESCO. Se qualquer inspeção ou teste é feito nas instalações do Contratado ou de seu fornecedor, o Contratado, sem custo adicional, fornecerá todas as instalações e assistência razoáveis para a segurança e comodidade dos inspetores no exercício das suas funções. Todas as inspeções e testes nas instalações do Contratado ou de seu fornecedor serão realizados de forma a não atrasar indevidamente ou interromper as atividades comerciais ordinárias do Contratado ou seu fornecedor. A aceitação final ou rejeição dos bens deve ser feita o mais breve possível após a entrega, mas a falha em inspecionar e/ou aceitar e/ou rejeitar os bens são retiradas do Contratado a responsabilidade por bens não conformes, nem impõe obrigações à UNESCO. O Contratado deverá fornecer e manter um sistema de controle de processo de fabricação, qualidade e inspeção que abranja os bens aceitáveis para a UNESCO. Os registros de todo o trabalho de inspeção pelo Contratado deverão ser mantidos completos e disponibilizados à UNESCO durante a execução nos termos do presente Contrato e pelos 24 (vinte e quatro) meses seguintes ou para qualquer outro período que pode ser especificado neste Contrato. Cópias de todas as certificações de materiais e os resultados dos testes deverão ser apresentadas à UNESCO mediante solicitação.

8. ADEQUAÇÃO DOS PRODUTOS, INCLUINDO EMBALAGEM

O Contratado garante que os produtos estejam em conformidade com as especificações e aptos para os fins aos quais esses produtos são normalmente utilizados, bem como para fins de, em locais onde e sob circunstâncias fornecidas pela UNESCO ao Contratado. O Contratado garante que os produtos são novos, de fabricação atual e livre de defeitos de projeto, fabricação e materiais. O Contratado também garante que os bens estejam firmemente contidos, embalados e marcados, levando em consideração o(s) modo(s) de embarque, de forma e modo a proteger os bens durante a entrega ao seu destino final. A não ser que um período mais longo seja especificado no presente contrato, o Contratado garante e atesta que reparará ou substituirá, sem despesa para a UNESCO ou seus clientes, quaisquer bens ou componentes que comprovadamente estejam com defeito no desenho, material ou mão de obra dentro de um período de 01 (um) ano a partir da data em que tais bens sejam colocados em uso.

9. PÓS-VENDA

A Contratada deverá manter e fornecer assistência técnica, manutenção, serviços, reparos e revisão dos produtos conforme solicitação da UNESCO e de seus clientes referentes a este Contrato.

10. INDENIZAÇÃO

O Contratado deverá indenizar e salvaguardar, às suas expensas, a UNESCO, seu pessoal e seus clientes de e contra todas as ações, reclamações, demandas e responsabilidades de qualquer natureza ou tipo, incluindo os custos decorrentes de atos ou omissões do Contratado ou do seu pessoal ou por outros responsáveis no desempenho nos termos deste Contrato.

11. PATENTE



O Contratado deverá defender às suas expensas qualquer processo ou ação movida contra a UNESCO ou seus clientes com base em uma alegação de que qualquer produto ou o uso normal do mesmo fornecido sob este Contrato constitui qualquer violação de qualquer patente de qualquer país, se notificada por escrito pela autoridade competente. As informações e assistência para a defesa dos mesmos correrão a expensas do Contratado. O Contratado deverá pagar todos os danos e custos nela imputadas à UNESCO ou seus clientes. A Contratada deverá, às suas próprias expensas e a seu critério, receber da UNESCO o direito de continuar a usar os bens, modificá-los para que se tornem não infratores ou, com a aprovação da UNESCO, remova referidas bens e reembolsar o preço de compra, incluindo os custos de transporte e instalação.

12. SEGURO CONTRA INCÊNDIO E COBERURA ESTENDIDA

Em todos os tempos antes da entrega dos bens e/ou serviços, o Contratado deverá efetuar e manter seguro contra incêndio e seguro de cobertura estendida em cima de quaisquer bens sujeitos a este contrato em um montante igual ao valor segurável de tais bens e de serviços incorporados com valores a serem pagos ao Contratado e à UNESCO de acordo com o surgimento dos seus interesses.

13. VARIAÇÃO NAS QUANTIDADES

As quantidades especificadas neste Contrato não poderão ser aumentadas ou diminuídas sem a prévia autorização por escrito da UNESCO.

14. MUDANÇAS

A UNESCO poderá, a qualquer momento, mediante notificação por escrito, fazer alterações no âmbito geral deste Contrato. Se qualquer mudança provocar um aumento ou diminuição do preço ou o tempo necessário para o desempenho do presente Contrato, será feito um ajuste equitativo no preço do Contrato e/ou no cronograma de entrega, e o Contrato deverá ser alterado, rescindido ou reeditado em conformidade. Qualquer reclamação pelo Contratado para ajuste nos valores deve ser informada dentro de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação de mudança; no entanto, a UNESCO poderá, a seu critério exclusivo, receber e agir sobre qualquer reclamação, a qualquer tempo, antes do pagamento final nos termos deste Contrato. A falha em não concordar com os ajustes será uma controvérsia a ser decidida de acordo com a Cláusula 25. Entretanto, nada nesta Cláusula isentará o Contratado de prosseguir com o Contrato, conforme alterado. Nenhuma modificação ou alteração nos termos deste Contrato será válida ou aplicável contra a UNESCO, a menos que seja por escrito e assinada por um representante devidamente autorizado da UNESCO.

15. RESCISÃO POR CONVENIÊNCIA

A UNESCO poderá rescindir este Contrato, no todo ou em parte, mediante notificação ao Contratado. Após o recebimento da notificação de rescisão, o Contratado deverá tomar medidas imediatas para trazer o trabalho e os serviços ao fim de uma forma rápida e ordenada, reduzirá as despesas ao mínimo e não realizará qualquer compromisso para frente a partir da data de recebimento da notificação de rescisão. Em caso de Rescisão por Conveniência, nenhum pagamento será devido pela UNESCO ao Contratado, exceto para obras e serviços executados de forma satisfatória antes da rescisão, para as despesas necessárias para a terminação rápida e ordenada do trabalho e para o custo de tal trabalho necessário. Na medida em que a computação desse pagamento devido pela UNESCO pode não ser suficiente para o Contratado, em relação à rescisão do Contrato, o Contratado poderá reivindicar um ajuste equitativo de acordo com os procedimentos para ajuste equitativo referida na Cláusula 14 acima.

16. REMÉDIOS PARA O DESCUMPRIMENTO

Em caso de descumprimento do Contrato por parte do Contratado, incluindo, mas não limitado, a não obtenção de licenças necessárias para exportação ou para fazer a entrega de todos os bens até a data de entrega acordado, a UNESCO poderá, após ter dado ao Contratado aviso prévio razoável executar e sem prejuízo de quaisquer outros direitos ou recursos, exercer uma ou mais das seguintes direções: (1) adquirir a totalidade ou parte dos bens e/ou serviços de outras fontes/fornecedores, caso em que a UNESCO poderá tornar a Contratada responsável por quaisquer custos adicionais decorrentes deste ato; (2) recusar-se a aceitar a entrega da totalidade ou de parte dos bens e/ou serviços; (3) rescindir este Contrato; (4) exigir que o Contratado envie os bens/serviços pela via mais *premium*, às expensas do Contratado, para cumprir o cronograma de entrega; (5) impor uma indenização.

17. PENALIDADES POR ATRASO

Se o contratante não entregar a totalidade ou parte dos bens ou não executar qualquer dos serviços no prazo especificado no Contrato, a UNESCO poderá, sem prejuízo de quaisquer outros direitos e recursos, deduzir do preço total estipulado no presente Contrato o montante de 0,5% do preço de tais bens ou serviços não executados por cada semana de atraso (ou parte dele), até um período de 8 semanas.

18. FORÇA MAIOR

Não obstante as disposições das Cláusulas 16 e 17, o Contratado não poderá ser responsabilizado por omissão ou indenização, na medida em que seu fracasso em cumprir as suas obrigações nos termos deste Contrato é o resultado de um evento de Força Maior. Para os fins deste Contrato, força maior é definida como um evento fora do controle do contratante, que não envolva culpa ou negligência do Contratado e que não seja previsível, incluindo desastres naturais, guerra (declarada ou não) e outros eventos de natureza ou força similar.

19. FONTE DAS INSTRUÇÕES

O Contratado não deverá buscar nem aceitar instruções de qualquer autoridade externa à UNESCO com relação à execução de seus serviços constantes no presente Contrato. O Contratado deverá abster-se de qualquer ação que possa afetar a UNESCO ou as Nações Unidas de maneira adversa, devendo cumprir seus compromissos com plena consideração pelos interesses da UNESCO.

20. FUNCIONÁRIOS NÃO SE BENEFICIARÃO

O Contratado deverá garantir que nenhum funcionário da UNESCO ou das Nações Unidas receba ou tenha oferta do Contratado de qualquer benefício direto ou indireto proveniente do presente Contrato ou prêmio posterior. O Contratado concorda que a violação desta disposição representa a violação de um termo essencial deste Contrato.

21. USO DO NOME, EMBLEMA OU SÉLO OFICIAL DA UNESCO OU DA ONU



O Contratado não deverá divulgar ou tornar público o fato de que é um Contratado da UNESCO, nem deverá, de modo algum, usar o nome, emblema ou selo oficial da UNESCO ou das Nações Unidas, ou qualquer abreviação do nome da UNESCO ou das Nações Unidas em conexão com seu negócio ou similar.

22. CESSÃO E INSOLVÊNCIA

O Contratado não deverá, exceto após a obtenção da aprovação prévia por escrito da UNESCO, ceder, transferir, penhorar ou fazer outra disposição deste Contrato ou de qualquer parte deste documento ou qualquer dos direitos do Contratante ou obrigações nos termos deste Contrato. Caso o contratante se torne insolvente ou se o controle do Contrato mudar devido à insolvência, a UNESCO poderá, sem prejuízo de qualquer outro direito ou recurso, rescindir este Contrato mediante notificação por escrito ao Contratante.

23. TRABALHO INFANTIL

O Contratado declara e garante que nem ele, nem qualquer de seus fornecedores está envolvido em qualquer prática que não esteja de acordo com os direitos estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança, incluindo o Artigo 32 da mesma, que, entre outras coisas, determina que a criança seja protegida de realizar qualquer trabalho que seja insalubre ou que interfira em sua educação ou seja perigoso para sua saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social. Qualquer quebra dessa declaração e garantia dará o direito à UNESCO de rescindir este Contrato imediatamente mediante notificação ao Contratado, sem custos para a UNESCO.

24. MINAS

O Contratado declara e garante que nem ele nem qualquer de seus fornecedores está ativamente e diretamente envolvido em atividades de patenteamento, desenvolvimento, montagem, produção, comércio ou fabricação de minas ou em atividades relacionadas a componentes básicos utilizados na fabricação de minas. O termo "minas" significa aqueles dispositivos definidos no Artigo 2, Parágrafos 1, 4 e 5 do Protocolo II anexado à Convenção de 1980 sobre Proibições e Restrições ao Uso de Certas Armas Convencionais Que Podem Ser Consideradas Como Excessivamente Agressivas ou de Efeitos Indiscriminados. Qualquer quebra dessa declaração e garantia dará o direito à UNESCO de rescindir este Contrato imediatamente mediante notificação ao Contratado, sem qualquer responsabilidade pelos encargos de rescisão ou qualquer outra obrigação de qualquer tipo para a UNESCO.

25. ARBITRAGEM

Qualquer controvérsia ou reclamação resultante de ou em conexão com qualquer disposição deste Contrato ou qualquer violação do mesmo deverá ser, se não for resolvida por conciliação direta, resolvida de acordo com as Regras de Arbitragem da UNCITRAL em vigor na data deste Contrato. A UNESCO e o Contratado ficarão sujeitos a qualquer sentença arbitral proferida como resultado da referida arbitragem como adjudicação final de qualquer controvérsia ou queixa.

26. CONCILIAÇÃO

Sempre que, no decurso da negociação referida na Cláusula 25 acima, as partes desejarem buscar uma solução amigável de tal disputa, controvérsia ou reivindicação por meio de conciliação, esta será vinculada pela sentença proferida como resultado da conciliação como sendo o julgamento final de qualquer controvérsia ou reclamação.

27. PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

Nada contido ou relacionado a este Contrato poderá ser considerado como renúncia, expressa ou implícita, de quaisquer dos privilégios e imunidades das Nações Unidas, incluindo seus órgãos subsidiários.

28. SEGURANÇA

A responsabilidade pela segurança e proteção do contratante e do seu pessoal e da propriedade e da propriedade UNESCO sob custódia do contratante, cabe ao contratante.

O contratante deverá:

(a) Coloque em prática um plano de segurança adequado e manter o plano de segurança, tendo em conta a situação de segurança no país onde estão sendo prestados os serviços;

(b) Suponha que todos os riscos e responsabilidades relacionadas com a segurança do contratante e plena implementação do plano de segurança.

UNESCO reserva-se o direito de verificar se tal plano está em vigor, e sugerir modificações ao plano quando necessário. A falha em manter e implementar um plano de segurança adequado, como exigido nos termos deste instrumento será considerada uma violação do contrato. Não obstante o acima, o Contratante será o único responsável pela segurança do seu pessoal e os bens da UNESCO sob sua custódia como estabelecido na condição.

29. ANTITERRORISMO

O contratante compromete-se a envidar todos os esforços razoáveis para assegurar que nenhum dos fundos recebidos da UNESCO nos termos deste Contrato são usados para dar apoio a indivíduos ou entidades associadas com o terrorismo e que os beneficiários dos montantes previstos pela UNESCO seguinte não em aparecer na lista mantida pelo Comitê do Conselho de Segurança estabelecido nos termos da Resolução 1267 (1999). A lista pode ser acessada através <http://www.un.org/Docs/sc/committees/1267/1267ListEng.htm>. Esta disposição deve ser incluída em todos os sub-contratos ou sub-contratos celebrados nos termos deste Contrato.



ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA - PESSOA JURÍDICA

1. OBJETO

Contratar consultoria especializada para realizar pesquisa e desenvolvimento de modelo de gestão da informação para Arranjos Produtivos Locais (APL) de Base Mineral.

2. JUSTIFICATIVA

A Rede Brasileira de Informação de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral (RedeAPLmineral) foi lançada em 2004, durante a realização do I Simpósio de Tecnologias para APLs de Base Mineral. Ela surgiu da necessidade de se organizar e sistematizar a informação referente às aglomerações produtivas e APLs, bem como promover a interação entre os agentes envolvidos na organização dos APLs.

Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação (RedeAPLmineral, n.d.).

Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral, por sua vez, são conjuntos de empreendimentos e de indivíduos, localizados em um mesmo território, que atuam em torno de uma cadeia produtiva que tenha como base a atividade extrativa e de transformação mineral.

A RedeAPLmineral é resultado do esforço de diversas pessoas jurídicas e físicas. Fazem parte da Rede entes das três esferas de governo (municipal, estadual e federal), a comunidade científica e tecnológica (universidades, faculdades, centros federais de educação tecnológica, Instituições de pesquisa), o setor produtivo (empresas, cooperativas, sindicatos, associações) e instituições de financiamento e fomento (bancos privados e públicos, agências de Fomento).

A plataforma integrada de Gestão de Conhecimento em APL – Observatório Brasileiro de APL, foi concebida para o monitoramento e a gestão das informações e dos conhecimentos produzidos e disponibilizados pelos Arranjos, além de promover a interação entre os atores produtivos e instituições envolvidas nos aglomerados, bem como a geração de negócios, a troca sistematizada de informações entre os APL, a transferência de tecnologia, e a disseminação dos resultados desenvolvidos regionalmente, bem como das melhores práticas e das lições aprendidas.

O crescimento da importância do tema e, principalmente, da difusão da estratégia de atuação em APL que cresce e demanda novos instrumentos de apoio e de uma atuação mais estruturada, evidencia a necessidade de maior organização e sistematização das informações, pois o planejamento, a execução e a avaliação das atividades desenvolvidas nos APL carecem de informações precisas e atualizadas.

A adoção de um modelo de Inteligência da Informação aplicada aos Arranjos Produtivos Locais, visando à melhoria do ambiente de negócios para as empresas



envolvidas, em especial as micro e pequenas, que não dispõem de infraestrutura e cabedal humano especializado para auxiliá-las nas decisões estratégicas do negócio, justifica a implantação de um projeto de gestão da informação e Inteligência para inovação e competitividade para o setor de base mineral, e subsidie ao desenvolvimento de ações voltadas para o mercado, transformando a realidade dos APL, gerando conhecimentos e processos de informação.

O IBICT tem apoiado pesquisas e projetos com a temática de dados abertos e gestão do conhecimento, suportados por repositórios de dados em ambiente Web, reforçando a preocupação que o Instituto apresenta em sua missão: Promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico e tecnológico.

Nesse sentido em 2017 desenvolveu o projeto de “Modelo conceitual da Rede Brasileira de Informação de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral - RedeAPLmineral”, oportunidade em que fora proposta uma reestruturação da metodologia de gestão de dados, visando a adequação do modelo existente e a adoção de um modelo orientado a inteligência competitiva, possibilitando o acesso à informação qualificada, por meio de análises setoriais e geração de relatórios gerenciais, essenciais para gestores e usuários do Observatório de APL.

Adicionalmente o IBICT tem atuado em Cooperação Internacional com a UNESCO, no desenvolvimento de metodologias para elaboração e validação de um sistema coordenado e integrado de coleta, produção, organização, sistematização, análise, disseminação e preservação de informações de suporte à gestão estratégica da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio de processos e mecanismos de desenvolvimento, absorção e customização de novos procedimentos e tecnologias de gestão da informação, adensadas pela inteligência aplicada à inovação, conforme o Projeto de Cooperação intitulado “Ampliação e modernização das Ações do IBICT relacionadas às Atividades de Coleta, Armazenamento, Sistematização, Análise, Disseminação e Preservação de Dados e Informações Relativas a Ciência, Tecnologia e Inovação, de junho de 2015, mais especificamente no Objetivo Imediato 1 e Resultado 1.2:

Objetivo Imediato 1 – Desenvolver metodologias para a elaboração e validação de um sistema coordenado e integrado de coleta, produção, organização, sistematização, análise, disseminação e preservação de informações de suporte à gestão estratégica da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Resultado 1.2 – Processo e mecanismos de desenvolvimento, absorção e customização de novos procedimentos e tecnologias concebidas e validadas com vistas ao aperfeiçoamento da coleta, produção, organização, sistematização, análise, disseminação e preservação da informação em CT&I.

Atividade 1.2.2 – Desenvolver estudos, pesquisas e ações para absorção e customização de novos procedimentos e tecnologias de coleta, produção, organização, sistematização, análise, disseminação e preservação da produção científica, tecnológica e de inovação.

Dessa forma, a elaboração de um modelo de gestão da informação, prototipagem do sistema de informação e inteligência competitiva em Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral, a partir dos trabalhos já produzidos pelo IBICT sobre o tema, permitirá contribuir para a sustentabilidade dos programas de desenvolvimento regional, o que



evidencia a necessidade de se implementarem soluções de gestão da informação indutoras da apropriação de conhecimento e inteligência para os APL.

3. ESCOPO

Realizar pesquisa e desenvolvimento de modelo e prototipagem do sistema de informação e inteligência aplicada aos Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral, visando a sustentabilidade dos programas de desenvolvimento regional, por meio da avaliação de sistemas de gestão do Conhecimento (histórico, levantamento das necessidades de inteligência competitiva e a integração com outros sistemas de informação), bem como a especificação do modelo de integração de sistemas de informação produzidos pelo IBICT.

Dessa forma, deverão ser estruturadas ações de integração de sistemas de informação que possibilitem uma entrada única de dados, em que todos os partícipes tenham autonomia para atualizar seus dados de forma simplificada, possibilitando uma saída comum de dados, na qual as instituições participantes poderão extrair relatórios gerenciais e produtos de inteligência, a partir de um único local.

A modelagem e prototipagem do sistema de informação e Inteligência para APL de Base Mineral deverá apresentar os benefícios de uma solução que integre vários atores, que compartilharão uma infraestrutura única, padronizada, robusta e segura.

Nesse sentido, a consultoria deverá adotar como premissas:

- Padronização de dados e interoperabilidade de bancos de dados;
- Acesso a bases de dados primárias dos APL;
- Maior autonomia para gestores na produção de relatórios gerenciais;
- Descentralização do povoamento de dados;
- Formulação compartilhada de indicadores, e
- Alinhamento de estratégias e atuação conjunta das instituições participantes.

4. PRODUTOS E ATIVIDADES

Produtos e atividades a serem executados:

Produto 1 – Documento técnico contendo uma avaliação do sistema de gestão da informação e do conhecimento (histórico e levantamento das necessidades de inteligência competitiva) e revisão bibliográfica sobre ambientes integrados de informação.

- Atividade 1: Elaborar relatório com a avaliação do modelo atual de fornecimento da informação para Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral, seu histórico, levantamento das necessidades de informação qualificada para os APL e avaliação dos conteúdos de Inteligência aplicada à informação;
- Atividade 2: Elaborar relatório sobre ambientes integrados de informação, contendo a avaliação do modelo adotado e proposição de novas soluções para promover a oferta de inteligência aplicada à informação.



Produto 2 – Documento técnico contendo estudo analítico dos produtos de inteligência aplicada à informação, modelo e protótipo do sistema de informação para APL de Base Mineral.

- Atividade 1: Elaborar relatório contendo a análise dos produtos de inteligência aderentes às necessidades de informação qualitativa para os APL de Base Mineral e definição do escopo da sistematização de dados e informação;
- Atividade 2: Elaborar relatório contendo as definições do modelo de inteligência aplicado à informação para os APL de Base Mineral e o protótipo de integração dos sistemas de informação e inteligência aplicada à informação para os programas de desenvolvimento regional.

5. PERFIL DA EQUIPE DE TRABALHO

A equipe técnica da Prestadora de Serviços Contratada deverá ser composta por:

- 01 (um) profissional com mestrado e/ou doutorado em administração, ou ciência da informação, ou gestão do conhecimento; e experiência de, no mínimo, cinco (05) anos na coordenação de projetos de pesquisa científicas ou tecnológicas. O profissional será o responsável pela análise metodológica para gestão da informação estratégica, definição de produtos de inteligência competitiva, coordenação do trabalho e revisão bibliográfica dos ambientes integrados de informação.
- 01 (um) profissional com nível superior em sistemas de informação ou sistemas de computação e pós-graduação em Gerenciamento de processos, ou Gerenciamento de Projetos, ou Especialização em Gestão do Conhecimento, e experiência de no mínimo cinco (05) anos em instituições, programas e/ou projetos na área de Ciência e Tecnologia, trabalhando com sistematização de dados e informação. O profissional será o responsável pela modelagem e prototipagem do sistema de informação e inteligência aplicada à informação.

6. PLANO DE TRABALHO

As licitantes, com base neste Termo de Referência, deverão apresentar, juntamente com suas propostas, um plano de trabalho que no momento da contratação da empresa vencedora poderá, caso considerado necessário, ser ajustado pela UNESCO e pelo IBICT. O Plano de Trabalho deverá conter os seguintes itens:

1. Objetivos do trabalho;
2. Produtos a serem entregues durante a execução do trabalho;
3. Atividades a serem desenvolvidas para a realização de cada Produto;
4. Prazo necessário à execução de cada Produto;
5. Proposta de reuniões de acompanhamento do desempenho do trabalho com a equipe gestora da contratante, indicando quantas reuniões e em que período;
6. Gantt Chart com detalhamento do solicitado nos itens 4 e 5 descritos acima;
7. Perfil da equipe de trabalho; e



8. Infraestrutura e equipamentos que serão utilizados para a realização dos Produtos a serem entregues.

7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Os Produtos/Atividades deverão ser prestados/entregues em até 60 (sessenta dias), conforme o cronograma a seguir:

Produtos	Produtos Prazo de Entrega após a assinatura do contrato (em dias corridos)	Valor da Parcela (% do total do contrato)
Produto 1	30	40%
Produto 2	60	60%
TOTAL	60	100%

7.2 Os serviços deverão ser iniciados logo após a assinatura do Contrato.

7.3 A UNESCO será rigorosa na conferência dos produtos/serviços entregues/prestados, reservando-se o direito de conceder a autorização do seu pagamento condicionada à qualidade do produto/serviço entregue/prestado.

7.4 Cada pagamento será efetuado em até 10 dias úteis, após o recebimento e ateste pelo Projeto e pela UNESCO da prestação do serviço/entrega do produto, segundo as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.5 As parcelas serão pagas mediante a emissão de Nota Fiscal por parte da Contratada contendo discriminação detalhada dos serviços/produtos. A Nota Fiscal deverá ser entregue no mesmo local de entrega dos bens/serviços.

7.6 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Projeto 914BRZ2005, CNPJ 03.736.617/0001-68.

7.7 A UNESCO não efetua o ressarcimento de nenhum imposto pago pela empresa.

8. LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço:

Marcel Garcia de Souza

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

SAUS Quadra 5, Lote 6, Bloco H – 5º Andar – Sala 505

CEP 70070-912 – Brasília, DF

9. PENALIDADES

Multa de 2% sobre o valor total do Contrato e juro de mora de 0.01% (zero ponto zero um por cento) ao dia, calculada pro rata tempore, sobre o valor total do Contrato, por impontualidade no cumprimento da data final do Contrato e/ou não aceitação pela UNESCO dos serviços ou produtos contratados, exceto se motivada, comprovadamente, por caso fortuito ou motivo de força maior.



10. VALIDADE DA PROPOSTA

A proposta tem validade de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da apresentação.

11. CRITÉRIO DESCLASSIFICATÓRIO

Não atendimento a qualquer um dos itens contidos neste Termo de Referência e no Edital de convocação das propostas das licitantes.

12. MONITORIA DO CONTRATO

O acompanhamento da execução dos serviços será feito mediante a realização de reuniões a serem realizadas na sede do Ibict, com a presença do coordenador do projeto da UNESCO no Instituto, conforme indicado no Plano de Trabalho estabelecido no item 06 (seis) desse Termo de Referência.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As licitantes deverão apresentar, juntamente com suas propostas, comprovação de qualificação técnica para a prestação do serviço:

- Atestado de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, inclusive pelas entidades profissionais competentes para trabalhos realizados durante os últimos cinco anos, a contar da data da licitação, referente a:
 - gestão de dados e informação em ambientes de repositório digital para captura, armazenamento, redistribuição da informação em formato digital, por meio de código aberto, baseados em ambiente web e que utilize banco de dados SQL; ou
 - estruturação de metadados para organização eletrônica de recursos, possibilitando a integração e o compartilhamento de informações, para otimizar sistema de gestão do conhecimento; ou
 - desenvolvimento de sistemas de informação, desenvolvimento de soluções em ambiente web, modelagem e prototipagem.
- Comprovação da qualificação da equipe envolvida mediante apresentação de currículo.

14. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O critério de avaliação será o de Menor Preço Global e pela análise dos outros documentos exigidos por esse edital.

